

Empresários vão levar propostas ao Congresso

Setor privado quer
força de lei
para o
pacto social

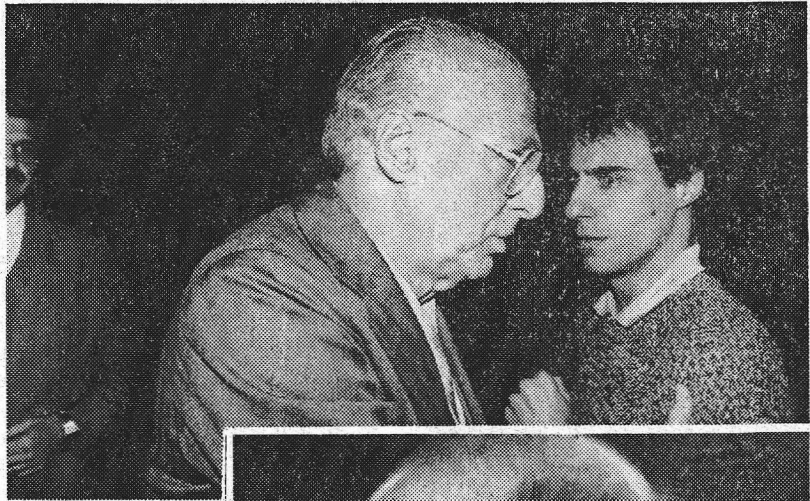
O pacto social idealizado pelos 88 principais empresários do País, na noite de quarta-feira, deve ter força de lei. Somente dessa forma, segundo concluíram, seria possível tranquilizar a sociedade, assegurar a transição política e afastar a ameaça da hiperinflação. Os dirigentes de empresas dos setores industrial, financeiro, agrícola e do comércio, reunidos por mais de duas horas na residência do empresário Salvador Arena, aprovaram por aclamação a proposta para que seja eleito, por meio do Congresso Nacional, um interlocutor confiável para os credores da dívida externa brasileira.

O programa proposto pelos empresários, que inclui o controle urgente do déficit público, tratamento adequado para o que chamaram de "consumismo histórico", o apaziguamento do temor dos poupadores "das expropriações patrimoniais" e a partilha do ônus do pacto social com os credores externos, está em telegrama enviado na tarde de ontem ao senador Nélson Carneiro, à presidência da Câmara dos Deputados, líderes dos partidos e presidentes das comissões técnicas do Congresso. O documento foi assinado pelo presidente da Fiesp, Mário Amato, eleito porta-voz do grupo.

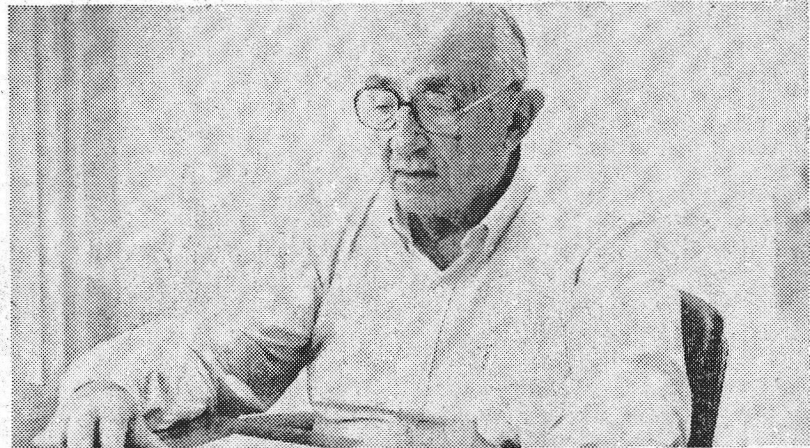
A classe empresarial se colocou à disposição do Poder Legislativo para colaborar nessa situação delicada que o País enfrenta. Os empresários decidiram, no entanto, ir a Brasília na próxima semana para pressionar os parlamentares a assumir as suas prerrogativas definidas na Constituição. Deverá ser criada, ainda hoje, uma comissão de oito representantes dos diversos segmentos da economia para apoiar a iniciativa do Congresso de preparar um programa mínimo de política econômica.

INTERFERÊNCIA

O clima da reunião foi de cordialidade. A indicação de Mário Amato como porta-voz



Amato, porta-voz do grupo dos empresários, contou com o apoio extra de José Mindlin e a assessoria do economista Paulo Rosenberg



da classe empresarial causou descontentamento em alguns dos presentes. O movimento não deveria ter liderança, pois, na opinião da maioria, a proposta de pacto social, para não ser novamente frustrada, deve partir do Congresso Nacional, afastando assim a interferência dos conflitos regionais e as divergências entre os representantes do setor privado.

O pacto social, segundo a proposta, deverá ser aprovado pelo plenário do Congresso Nacional, e transformado em lei, cuja vigência ficaria limitada à

posse do futuro presidente. Os empresários, assessorados pelo economista Luiz Paulo Rozenberg, vão propor a aprovação de uma outra lei, esta com vigência mais ampla, assegurando que a dívida interna será honrada pelo próximo governo.

O empresário José Mindlin, presidente da Metal Leve, que não foi à reunião, adicionou outra sugestão: que seja adotado um deflator à indexação da economia, decretada pelo governo. Para ele, esta é a fórmula adequada para que a inflação regreda com o sacrifício de toda a sociedade.